

# **Afinal, há inconstitucionalidade no art. 285-A do CPC?**

**Autor: Clenio Jair Schulze**

Juiz Federal

Publicado na Edição 20 - 29.10.2007

**Sumário:** Introdução. 1 O art. 285-a do CPC. 2 Confronto do art. 285-a do CPC com a Constituição Federal. 2.1 Princípio constitucional do direito de ação. 2.2 Princípio constitucional do devido processo legal. 2.3 Princípio constitucional do contraditório. 2.4 Princípio constitucional da ampla defesa. 3 O novo direito constitucional e o processo civil de resultados. 4 A experiência jurisdicional. Conclusões. Referências bibliográficas.

## **Introdução**

Incumbe à Constituição Federal a fixação dos parâmetros gerais da ordem jurídica do Estado. Toda e qualquer norma de natureza infraconstitucional tem dever de obediência ao texto constitucional.

A Constituição de 1988 foi promulgada com 245 artigos no texto permanente, somando-se ainda as regras previstas no ato das disposições transitórias. A criação de uma Carta Magna analítica, tal qual a vigente no Brasil, além de regular matérias formalmente constitucionais, implicou a expansão do bloco de constitucionalidade porque ampliou o conjunto de matérias passíveis de serem objeto do controle de constitucionalidade.

Dessa forma, quanto maior for a quantidade de normas constitucionais, maior também será o exercício e a verificação de compatibilidade das normas infraconstitucionais frente ao texto da constituição.

Apenas para registro, tramitam atualmente no Supremo Tribunal Federal aproximadamente quatro mil ações cujo objeto é o controle abstrato de constitucionalidade.

O presente estudo tem como ponto principal o exame da confrontação do artigo 285-A do Código de Processo Civil – CPC com a Constituição Federal – CF.

Em apertada síntese, o art. 285-A, introduzido no CPC pela Lei 11.277/06, autoriza o juiz a proferir sentença de improcedência sem a prévia citação da parte demandada quando a matéria for

exclusivamente de direito e o juízo já houver apreciado e julgado caso semelhante.

O exame da compatibilidade do novo dispositivo do CPC com a CF se revela oportuno porque há vários doutrinadores afirmando que a regra prevista no art. 285-A implica violação aos princípios do direito de ação, do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

Não se pretende dissecar o art. 285-A do CPC, mas tão-somente verificar se há compatibilidade com o texto constitucional.

Assim, o trabalho se inicia com o exame do art. 285-A do CPC e algumas considerações gerais, seguindo-se com o confronto do aludido dispositivo com a Constituição Federal, especialmente frente aos princípios do direito de ação, do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. Após, é feita uma abordagem acerca do novo direito constitucional e do denominado "processo civil de resultados" e, ao final, antes das conclusões, apresenta-se uma experiência alcançada em juízo pelo articulista com a aplicação do art. 285-A.

## **1 O art. 285-A do CPC**

O Código de Processo Civil tem sido alvo de inúmeras e sucessivas alterações legislativas, já que os mais de trinta anos de sua vigência impuseram a necessidade de adaptá-lo à nova realidade jurídica do Século XXI.

Entre outros dispositivos recentemente alterados e incluídos no CPC, o art. 285-A foi objeto da Lei 11.277, de 07 de fevereiro de 2006, e possui a seguinte redação:

"Art. 285-A. Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.

§ 1º Se o autor apelar, é facultado ao juiz decidir, no prazo de 5 (cinco) dias, não manter a sentença e determinar o prosseguimento da ação.

§ 2º Caso seja mantida a sentença, será ordenada a citação do réu para responder ao recurso."

Muito embora o art. 285-A tenha a aparente feição de novidade na ordem jurídica, o CPC já autorizava o julgamento de mérito sem a

citação do réu nas hipóteses de reconhecimento de prescrição e decadência (arts. 269, IV, e 295, IV, do CPC).

É verdade que o alcance do art. 285-A é muito mais amplo, porque não possui limitação de matéria, bastando que o tema posto em discussão seja “unicamente de direito” e “no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos”. A expressão “casos idênticos” deve ser interpretada ou substituída por “casos semelhantes”, pois “identidade” de ações ou de casos leva à litispendência e implica o julgamento sem análise do mérito (arts. 267, V, e 301, §§ 1º, 2º e 3º, do CPC).

O art. 285-A foi incluído no CPC com o objetivo de conferir maior celeridade ao andamento das ações, a fim de assegurar a aplicação do princípio da “razoável duração do processo” previsto no inciso LXXVIII do art. 5º da CF.

## **2 Confronto do art. 285-A do CPC com a Constituição Federal**

Vários doutrinadores afirmam que o art. 285-A do CPC viola direitos e garantias fundamentais, especialmente os princípios do direito de ação, devido processo legal e aqueles inerentes ao exercício do direito de defesa (contraditório e ampla defesa).

Cite-se, por exemplo, Jean Carlos Dias, para quem o art. 285-A “tem potencial para violação dos direitos fundamentais das partes no curso do processo.”**(1)**

Paulo Roberto de Gouvêa Medina, em acerbada crítica, assevera que o art. 285-A implica restrição desarrazoada ao direito de ação porque “impede a instauração regular do processo, a pretexto de que a questão jurídica suscitada no pedido já recebeu do Juízo solução contrária”.**(2)** Menciona também que:

“Nada mais incompatível com o contraditório do que a possibilidade de o litígio resolver-se por meio de sentença transladada de outro processo, em que o autor não interveio. Porque, dessa forma, a lide estará sendo composta sem que a parte prejudicada tenha podido discutir, previamente, os elementos que influíram na motivação da sentença. Esta, no caso, terá sido para o autor (e também para parte contrária em relação à qual o pedido fora formulado) *res inter alios acta*.”**(3)**

Helena N. Abdo igualmente assevera que:

"a pretexto de conferir maior agilidade e efetividade à tramitação dos processos em primeiro grau de jurisdição, esse novo 'esquema' aniquila por completo o caráter dualista do processo, consagrado pela Constituição Federal por meio das garantias do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal."(4)

Roberto B. Dias da Silva alega que "o novo artigo 285-A é inconstitucional e fere o princípio da ampla defesa e do devido processo legal, ainda que a sentença seja favorável ao réu".(5)

Com base nesses posicionamentos, a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB ajuizou a ação direta de inconstitucionalidade - ADI no Supremo Tribunal Federal - STF contra a modificação introduzida pelo art. 285-A, sustentando que a inovação proposta pelo dispositivo viola os princípios da igualdade, da segurança, do acesso à Justiça, do contraditório e do devido processo legal. A ADI foi distribuída sob o n. 3.695 para o Min. Cezar Peluso, que não apreciou o pedido de liminar e aplicou o art. 12 da Lei 9.868/99, encontrando-se os autos atualmente conclusos ao relator, após apresentação de parecer pela Procuradoria-Geral da República, que opinou pela improcedência do pedido.(6)

Nada obstante as opiniões contrárias ao art. 285-A do CPC acima demonstradas, não parece que o novo preceito normativo contraria princípios constitucionais, razão pela qual é esperado que o STF não declare a sua inconstitucionalidade, pelos argumentos a seguir expostos.(7)

## **2.1 Princípio constitucional do direito de ação**

O direito de ação é aquele em que se confere ao jurisdicionado a possibilidade de exigir do Estado uma prestação jurisdicional de natureza pública, subjetiva e abstrata. Encontra previsão no art. 5º, XXXV, da CF e enuncia que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito".

O pleno exercício do direito de ação ocorre com a obtenção de uma sentença de mérito, razão pela qual não há fundamento jurídico para acolher a alegação de que o julgamento imediato da ação nos moldes do art. 285-A do CPC implicaria violação ao direito de ação.

Não se pode confundir o exercício do direito de ação, ou seja, à postulação e à obtenção da prestação jurisdicional, com o direito material propriamente dito, pois aquele é exercido e prestado mesmo que a sentença seja de improcedência. Vale dizer que o direito de ação é desvinculado do direito material, pois há muito tempo encontra-se ultrapassada a teoria civilista ou imanentista do direito de ação.

Gelson Amaro de Souza, ao abordar o art. 285-A do CPC, afirma que:

“Não prejudica nem restringe o direito de ação como poderia parecer à primeira vista. O direito de ação é exercido e o juiz presta a jurisdição julgando o mérito. Se o juiz julga o mérito, é porque reconhece a presença do direito de ação e, em atenção ao seu exercício, julga o mérito logo de início. O que o autor não vai ter é o julgamento de mérito a seu favor, mas o mérito da causa é julgado e a jurisdição prestada. Mas isso não tem nada a ver com as garantias constitucionais do direito de ação.”(8)

A entrega da prestação jurisdicional não pressupõe que o demandante possui direito a uma sentença após a citação do demandado. É enganoso pensar que o direito de ação pressupõe a formação da relação jurídica processual, pois a sentença de improcedência – de mérito, portanto – é o ato que encerra a entrega da prestação jurisdicional, independentemente da citação.

Também não se pode alegar que a prolatação imediata de sentença de improcedência, nos moldes do art. 285-A do CPC, implica restrição ao direito de o demandado reconvir, pois tal forma de resposta, além de facultativa, se não exercida, não implica renúncia ou perda do direito, de modo que o demandado pode deduzir separadamente, na via própria, a sua pretensão contra o autor que obteve a sentença de improcedência.

Em verdade, o art. 285-A apenas elasteceu as hipóteses de julgamento imediato do mérito, pois o CPC, nos arts. 269, IV, e 295, IV, já autorizava o juiz a indeferir a inicial em caso de prescrição ou decadência – decisão de mérito – e jamais se alegou alguma violação ao texto constitucional. Igualmente, no processo penal o juiz pode rejeitar a denúncia, sem ouvir o réu, quando o fato narrado não constitui crime ou porque extinta a punibilidade (art. 43 do CPP).

Somente poderia se cogitar em eventual violação ao direito de ação caso não fosse permitida ao autor a interposição de recurso contra a decisão liminar de improcedência, o que não ocorre, pois o parágrafo 2º do art. 285-A do CPC é expresso ao conferir tal faculdade ao demandante.

Por essas razões, a imediata prolação de sentença de improcedência sem a citação do réu não contraria o princípio do direito de ação ou da inafastabilidade do controle jurisdicional.

## **2.2 Princípio constitucional do devido processo legal**

O devido processo legal é um dos princípios norteadores da ordem jurídica porque abarca e protege os três principais objetos tutelados pelo direito, vida-liberdade-propriedade. Qualquer discussão acerca do aludido trinômio está protegida pela cláusula do devido processo legal.

Seja no aspecto substancial, seja no sentido processual, não há como visualizar incompatibilidade do art. 285-A do CPC com o princípio do devido processo legal, pois o julgamento imediato de improcedência não implica privar alguém da “liberdade ou de seus bens”, conforme garante o art. 5º, LIV, da CF.

Em outras palavras, tão-somente o demandado poderia alegar violação ao devido processo legal, ante a ausência de citação, só que a sentença que aplica o art. 285-A do CPC não chega a afetar a sua liberdade ou os seus bens, porque o pedido foi julgado improcedente, ou seja, a parte passiva não foi atingida negativamente pela sentença.

Por essa razão, Nelson Nery Jr. afirma que:

“o artigo 285-A seria inconstitucional se a lei tivesse previsto sua aplicação no caso de julgamento procedente, o que não foi o caso. Como a lei especificou que o juiz pode antecipadamente julgar os casos de improcedência, não ocorre a inconstitucionalidade da norma.”(9)

O devido processo legal também não garante que o autor possui direito a participar de uma relação jurídica processual triangular, pois desde 1973 o CPC autoriza o juiz a indeferir a petição inicial nas hipóteses do art. 295. Assim, é possível que exista relação jurídica linear, figurando apenas autor e juiz, com decisão passível de fazer coisa julgada material.

O julgamento imediato sem a citação do réu também homenageia o princípio da razoabilidade – decorrente do devido processo legal substantivo –, pois não é lógico nem razoável que se pratiquem todos os atos e fases do processo, alongando a tramitação, quando já se sabe, desde o início, que o pedido será julgado improcedente.

## **2.3 Princípio constitucional do contraditório**

Os princípios do contraditório e da ampla defesa estão previstos no art. 5º, LV, da CF ao enunciar que “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.”

Observar o princípio do contraditório significa dizer que ninguém pode ser acusado sem ser ouvido e que a todas as partes deve-se assegurar as mesmas prerrogativas no decorrer do processo.

Não se nega que o princípio do contraditório é essencial ao processo, pois se trata de garantia decorrente do Estado Democrático de Direito. Entretanto, não se pode admitir que a aplicação do art. 285-A do CPC com o julgamento de improcedência do pedido sem a citação do demandado implicaria violação ao aludido princípio.

Isso porque a sentença que julga improcedente de plano o pedido veiculado na inicial não traz nenhum prejuízo ao réu. Ora, se não há dano à parte, também inexistente violação ao contraditório, porque tal princípio não é e nunca foi indispensável para se ter julgamento de mérito e formação da coisa julgada. Tal conclusão é alcançável porque, conforme já mencionado anteriormente, desde 1973, quando se iniciou sua vigência, o CPC já autorizava o juiz a indeferir a inicial em caso de reconhecimento de decadência ou prescrição, vale dizer, permitia julgar o pedido improcedente, mediante sentença, já no primeiro ato do processo.

Ademais, em última análise, o contraditório não é violado, mas apenas postergado, em caso de interposição de recurso pelo autor, porque, nesse caso, o demandado será citado para apresentar resposta (art. 285-A, § 2º, do CPC), podendo, assim, apresentar todas as teses e alegações que bem entender.

Antes mesmo da criação do art. 285-A do CPC, Caminã Moreira mencionava que o CPC possibilita a “formação de coisa julgada material sem contraditório, tal ocorre quando o juiz indefere a petição inicial reconhecendo a prescrição ou a decadência.”**(10)**

O CPC também consolidou o princípio do aproveitamento segundo o qual não há nulidade quando se puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveita a declaração de nulidade, ou seja, se a ausência do contraditório não trouxe nenhum prejuízo ao demandado, não há que se proclamar nulidade alguma (art. 249, § 2º, do CPC).

Daniel Roberto Hertel, ao abordar o art. 285-A do CPC, em referência ao contraditório, também afasta hipótese de violação ao texto constitucional:

“penso não haver qualquer inconstitucionalidade no preceito, nem sob a ótica de análise do requerente nem tampouco sob o prisma do requerido.

Para o requerido o preceito não viola o contraditório, pois somente tem aplicação nos casos em que o pedido é julgado improcedente. Assim, mesmo que o requerido não tenha sido citado, como o pedido é julgado improcedente, não há nenhum prejuízo. Que violação ao princípio do contraditório teria ocorrido se nenhum gravame foi causado ao requerido?

Em relação ao autor da ação, o art. 285-A do CPC também não pode ser considerado inconstitucional. É que, nos casos de aplicação do dispositivo, se o requerente sentir-se prejudicado, poderá valer-se, ainda, da via recursal para impugnar a decisão.”(11)

Portanto, resta desnecessário oportunizar ao demandado que demonstre a improcedência das alegações veiculadas pelo autor, pois isso pode ser visualizado de plano pelo magistrado.

## **2.4 Princípio constitucional da ampla defesa**

Significa que “o cidadão tem plena liberdade de, em defesa de seus interesses, alegar fatos e propor provas.”(12)

Tudo o que foi mencionado anteriormente sobre a ausência de afronta ao contraditório também é invocável para demonstrar que a aplicação do art. 285-A do CPC não viola o princípio da ampla defesa, porquanto ambos foram criados para beneficiar o réu e, se este vence a ação ante a sentença liminar de improcedência, “não sofre prejuízo e não há interesse em contestar (art. 3º do CPC) e nem em anular o julgamento que lhe é favorável (art. 249, parágrafo 2º, do CPC).”(13)

Não se pode aniquilar a regra do art. 285-A do CPC, que impõe celeridade ao processo, sob o enfoque do direito processual e do direito constitucional clássicos, pois os dias atuais exigem que o exegeta compreenda os princípios e institutos em prol da moderna ordem jurídica. Significa dizer que a ausência de prejuízo e a necessidade de observância ao princípio da razoável duração do processo impedem que a interpretação conferida ao art. 285-A seja contrária ao texto da CF.

Ao discorrer sobre a ausência de inconstitucionalidade do art. 285-A do CPC, Gelson Amaro de Souza, em brilhante passagem, afirma que:

“Princípios basilares do processo como o contraditório, a ampla defesa e o devido procedimento legal foram instituídos em benefício da parte para evitar que ela sofra prejuízo. No entanto, se nenhum prejuízo advier à parte, nada há a reclamar. É o que acontece quando



o mérito é julgado a favor do réu, em que a sua citação em nada importa e mesmo desta não o prejudique. A ausência da citação nenhum prejuízo traz ao réu (art. 249, parágrafo 2º, do CPC).

Exigir-se o atendimento do contraditório quando a sua presença em nada altera o resultado final e a sua ausência em nada prejudica a parte é dar mais valor à forma que ao direito. É andar na contramão da moderna processualística.” **(14),(15)**

Também atestando a compatibilidade do art. 285-A do CPC com a CF, Frederico Augusto Leopoldino Koehler, ao abordar o direito de ação, o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, assevera que:

“Tais princípios existem com a finalidade de que os litigantes não possam ser prejudicados por um julgamento desfavorável sem a oportunidade prévia de defesa. [...] No caso da alteração legislativa em apreço, a sentença é de ‘total improcedência’, não sendo cogitável a ocorrência de efeitos negativos para o demandado. A parte autora, por seu turno, dispõe da apelação para irresignar-se contra o decisum em liça. Portanto, os princípios referidos restam devidamente protegidos pela norma. Por outro lado, não se pode olvidar que o legislador buscou imprimir maior celeridade ao trâmite processual, atendendo ao direito fundamental previsto no artigo 5º, inciso LXXVIII, da Carta Magna. De fato, não é razoável que um processo tenha que tramitar por longo período para que, ao final, se chegue a um resultado previsível ab initio por todos.

Assim, não se vislumbra qualquer eiva de inconstitucionalidade a macular o novo artigo 285-A do Código de Processo Civil.”**(16)**

### **3 O novo direito constitucional e o processo civil de resultados**

O novo direito constitucional passa por marcante transformação principalmente porque não se torna mais possível conferir às disposições constitucionais tão-somente os critérios clássicos de interpretação, tais como o gramatical, o histórico, o sistemático e o teleológico. Além desses mecanismos, o atual modelo de direito constitucional exige também a observância aos princípios da supremacia da Constituição, da presunção de constitucionalidade das normas e atos do poder público, da interpretação conforme a Constituição, da unidade, da razoabilidade e da efetividade.**(17)**

Assim, à interpretação tradicional devem ser incorporados esses elementos que traduzem uma “nova interpretação constitucional”.

Da mesma forma, o direito processual civil também enfrenta um novo desafio de superação das formas clássicas e rígidas tendentes a

buscar a salvaguarda aos princípios da efetividade e da celeridade mediante conceito que a doutrina tem denominado “processo civil de resultados”.**(18)**

É salutar, portanto, que o exame de compatibilidade das normas em face da Constituição Federal deve estar pautado nessa nova visão de interpretar o direito. É neste contexto que o art. 285-A do CPC precisa ser estudado, pois tal dispositivo foi criado em prol da jurisdição e do jurisdicionado, com a finalidade de conferir maior eficácia e celeridade ao andamento dos processos.

Conforme já abordado, além de não contrariar os princípios do direito de ação, do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, o art. 285-A do CPC também assegura observância e aplicação ao princípio da razoável duração do processo, inserido no art. 5º da CF pela Emenda Constitucional n. 45.

Importante lembrar que a alteração do CPC ora estudada não confere poderes arbitrários ou absolutos à autoridade judiciária porque a regra do art. 285-A demonstra que a sentença liminar de improcedência não se aplica a matérias de fato ou que dependam de dilação probatória. A impressão que se tem é que alguns doutrinadores não entenderam o espírito do art. 285-A do CPC porque o interpretam como ato abusivo aquele que julga o pedido improcedente sem a citação do réu. É claro que o juiz não pode invocar o novo dispositivo ilimitadamente, pois deve observar os requisitos fixados na lei (que seja matéria de direito e que o tema já tenha sido objeto de decisão anterior do Juízo).

É regra básica para quem atua no foro que a processos distintos, com matérias diferentes, devem-se aplicar regras igualmente distintas. Vale dizer que a postura procedimental de quem preside o processo não pode ser a mesma para casos diferentes. E isso pode ser facilmente constatado por quem exerce a jurisdição. Por exemplo, se o processo não contém discussão acerca de valor e não exige apresentação de cálculo é totalmente desnecessária a determinação de encaminhamento dos autos ao setor de contadoria do Juízo. Outra regra que não deve ser adotada, pois somente tumultua o processo, é intimar o autor para apresentar réplica nos casos em que na defesa o réu não juntou nenhum documento, não opôs nenhum fato modificativo, impeditivo ou extintivo do direito do autor e não argüiu como preliminar nenhuma das matérias enumeradas no art. 301 do CPC (arts. 326 e 327 do CPC).

Quem atua no foro sabe da importância da correta ordenação dos atos do processo. Existe um postulado universal vivenciado por quem preside o processo segundo o qual no controle do feito não se pode praticar atos sem utilidade. E a regra do art. 285-A do CPC observa

atentamente essa máxima, porque “nada impede que se julgue o mérito liminarmente, quando se evidenciar a inexistência de direito ao autor, mesmo sem lei expressa, em respeito ao princípio de que não se devem praticar atos inúteis no processo”.**(19)**

Por outras palavras, Gelson Amaro de Souza assim enuncia:

“Ora, se o autor não tem direito e isso já se ressalta logo de início não há razão para prosseguir em procedimento inútil e que não poderá produzir os efeitos pretendidos pelo autor. O bom senso indica que, nesses casos, o melhor é julgar o mérito e declarar a inexistência desse direito quanto antes possível. [...] Se já se percebe que o autor não tem direito a nada, não se vê razão para prosseguir em processo e procedimento inútil.”**(20)**

O que se quer dizer é que é totalmente desnecessário percorrer todas as etapas que os processualistas clássicos mencionam (fases postulatória, instrutória, decisória, recursal), tornando-se possível, diante do preenchimento dos requisitos do art. 285-A do CPC, a prolação de sentença de improcedência logo após o exame de recebimento da petição inicial.

Na verdade, o imediato julgamento de improcedência do pedido, sem a citação do réu, nos termos do art. 285-A do CPC, trouxe sensível economia de tempo, de dinheiro – para o autor que não precisará pagar honorários ao patrono da parte contrária e para o demandado que seria obrigado a contratar advogado para promover a defesa em caso de citação – e de trabalho para o Judiciário, pois tanto o magistrado quanto a secretaria do Juízo ficam dispensados de praticar outros atos no processo, tal como despachos, intimações, etc.

A sociedade em geral também ganha, porquanto a prolação imediata da sentença de improcedência, sem a movimentação desnecessária do processo, conferirá maior disponibilidade de tempo para análise e estudo de outros feitos que exijam a estrita observância de todas as fases do rito ordinário.

Koehler ressalta ainda que:

“O art. 285-A, ao fim e ao cabo, é bom não só para o réu, mas também para o autor, o qual não será punido com gastos inúteis na produção de provas desnecessárias, não será alimentado com falsas esperanças de um julgamento favorável que não virá no juízo de primeiro grau, e terá a via recursal aberta de forma bem mais célere, ocasião em que poderá buscar o acolhimento de sua pretensão.”**(21)**

Assim, o novo direito constitucional e os novos elementos de interpretação das normas constitucionais devem servir para conferir ao processo o resultado prático mais célere possível, principalmente quando não houver ofensa a nenhum princípio previsto na Carta Magna, tal qual a regra do art. 285-A do CPC, conforme já mencionado.

Importante mencionar que a otimização de atos do processo não veio somente com a Lei 11.277/06. Existem vários dispositivos que contribuem para a economia e a celeridade no andamento dos processos, podendo-se destacar aqueles que autorizam o relator a julgar o recurso monocraticamente, sem a manifestação do órgão colegiado, quando a matéria nele veiculada já for objeto de súmula ou jurisprudência dominante de tribunal superior (art. 557 do CPC, art. 38 da Lei 8.038/90, entre outros).

#### **4 A experiência jurisdicional**

No exercício do cargo de juiz federal substituto vinculado ao Tribunal Regional da 4ª Região e desde maio de 2006 lotado no Juizado Especial Federal Cível – JEF da Subseção Judiciária de Lages/SC, o articulista tem experimentado os resultados práticos trazidos pelo art. 285-A do CPC.

No período de maio a novembro de 2006, exercendo a jurisdição, o articulista proferiu aproximadamente 500 (quinhentas) sentenças de improcedência sem a citação do demandado, nos moldes do art. 285-A do CPC. Também no mesmo período, em regime de auxílio ao Juizado Especial da Subseção Judiciária de Joinville/SC, mediante ato da Corregedoria-Geral de Justiça da 4ª Região, o autor prolatou aproximadamente 2.000 (duas mil) sentenças liminares de improcedência.

As matérias objeto dos processos referiam-se principalmente aos ramos do direito previdenciário (ações revisionais de benefícios) e tributário (ações de repetição de indébito).

Esse relato serve para demonstrar que o art. 285-A do CPC trouxe benefícios incontáveis, porque permitiu abreviar o caminho de muitos processos, dispensando-se a prática de atos inúteis, tais como despacho de recebimento da inicial, citação, intimações e atos de secretaria.

A otimização dos atos judiciais é tendência que deve ser respeitada e posta em prática.

Assim, por tudo o que foi demonstrado neste estudo, não há razão para impedir que, tão logo distribuída a petição inicial, o juiz

imediatamente profira sentença de improcedência quando a causa for exclusivamente de direito e já houver decisão em caso semelhante no mesmo Juízo.

O art. 285-A do CPC também prestigia as decisões de primeiro grau de jurisdição, atribuindo maior importância às sentenças do juiz de instância inicial e conferindo maior credibilidade ao magistrado que atua mais próximo da sociedade.

Enfim, não procedem as críticas à lei que criou o art. 285-A do CPC, pois, conforme menciona Gelson Amaro de Souza:

“Ao contrário do que pensam seus algozes, se ela pecou, não foi em autorizar o juiz a julgar o mérito sem citação do réu nos casos em que especifica, mas por ser muito tímida e não permitir essa mesma providência de maneira ampla, sempre que o juiz perceber, logo de início, que a ação é absolutamente temerária e que, por mais que se dê continuidade ao processo, não há como reverter previsão inicial de improcedência.”(22)

## **Conclusões**

1) Desde 1973 o Código de Processo Civil autoriza o juiz a julgar improcedente de plano o pedido – indeferindo a petição inicial – nas hipóteses de reconhecimento da prescrição e da decadência (art. 269, IV, e art. 295, IV). A Lei 11.277/06 introduziu o art. 285-A no CPC ampliando ainda mais o poder do juiz para julgar improcedente o pedido sem a citação do réu quando a matéria for unicamente de direito e o Juízo já houver apreciado e julgado caso semelhante.

2) O art. 285-A do CPC não viola o direito de ação porquanto tal princípio não garante que o juiz profira decisão favorável ao autor, que diante da sentença liminar de improcedência, prolatada sem a citação do réu, poderá manejar o recurso adequado para o órgão ad quem (art. 285-A, § 2º, do CPC). Também não há violação ao direito de o réu reconvir, a despeito de não ter sido citado, deixando de integrar a relação processual, pois poderá deduzir separadamente, na via própria, a sua pretensão contra o autor que obteve a sentença de improcedência.

3) O devido processo legal não é afrontado pelo art. 285-A do CPC, já que o aludido princípio constitucional não garante ao autor o direito a participar de uma relação jurídica triangular. Além disso, a decisão proferida nos moldes do art. 285-A não priva o autor ou o réu da “liberdade ou de seus bens” (art. 5º, LIV, da CF), porque ao primeiro fica assegurado o direito de interpor recurso ao órgão ad quem e o segundo não chega a ser afetado negativamente pela sentença, já que o pedido foi julgado improcedente.

4) O contraditório e a ampla defesa também são preservados nos casos de aplicação do art. 285-A do CPC ante a ausência de prejuízo às partes. Ao autor fica reconhecida a possibilidade de recorrer e o réu também não sofre nenhuma restrição, pois foi vencedor e, em caso de recurso, será citado, podendo apresentar todas as alegações e provas para a defesa do seu interesse.

5) O art. 285-A do CPC homenageia o princípio da razoável duração do processo (art. 5º, LXXVIII, da CF), pois confere maior celeridade ao feito evitando uma tramitação por longo período para encontrar, ao final, o resultado já previsível desde o início, com o recebimento da petição inicial.

6) A interpretação das normas constitucionais exige a observância de novos princípios, tais como o da supremacia da Constituição, da presunção de constitucionalidade das normas e atos do poder público, da interpretação conforme a Constituição, da unidade, da razoabilidade e da efetividade. E tais preceitos devem permitir que o processo alcance um resultado prático, interferindo na vida do cidadão o mais rápido possível. E a regra do art. 285-A do CPC, sem violar a Constituição Federal, autoriza a entrega da prestação jurisdicional sem a prática de atos inúteis.

7) A experiência demonstra que o art. 285-A do CPC confere maior importância e credibilidade ao magistrado de primeiro grau e que atua mais próximo da sociedade.

## **Referências bibliográficas**

ABDO, Helena N. Artigo 285-A do Código de Processo Civil: sentença sem citação gera polêmica entre especialistas. Salvador/BA.

**Juspodium.** Disponível em:

[http://www.juspodivm.com.br/noticias/noticias\\_917.html](http://www.juspodivm.com.br/noticias/noticias_917.html)

Entrevista concedida a Roseli Ribeiro. Acesso em: 14 dez. 2006.

ARAÚJO, José Henrique Mouta. Processos repetidos e os poderes do magistrado diante da Lei 11.277/06. Observações e críticas. **Revista Dialética de Direito Processual**, n. 37. São Paulo: Dialética, 2006.

BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição**. São Paulo: Saraiva, 2003.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Celso Bastos Editora, 2002.

BORGES, Daniel Nunes Garcez. O novel art. 285-A do CPC e o processo do trabalho. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 955, 13

fev. 2006. Disponível em:  
<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7961>  
Acesso em: 14 dez. 2006.

DIAS, Jean Carlos. A introdução da sentença-tipo no sistema processual civil brasileiro – Lei n. 11.277. **Revista Dialética de Direito Processual**, n. 37. São Paulo: Dialética, 2006.

DINAMARCO, Candido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. 5. ed., São Paulo: Malheiros, 2005.

DONOSO, Denis. Matéria Controvertida unicamente de Direito, Casos Idênticos, Dispensa de Citação e seus Efeitos - Primeiras impressões sobre a Lei 11.277/06. **Revista Dialética de Direito Processual**, n. 38. São Paulo: Dialética, 2006.

FÉRES, Marcelo Andrade. Julgamento sumaríssimo dos processos repetitivos: uma análise jurídico-econômica do art. 285-A do Código de Processo Civil. **Revista Dialética de Direito Processual**, n. 42. São Paulo: Dialética, 2006.

HERTEL, Daniel Roberto. Perspectivas do direito processual civil brasileiro. **Revista Dialética de Direito Processual**, n. 42. São Paulo: Dialética, 2006.

KOEHLER, Frederico Augusto Leopoldino. Breve análise sobre alguns aspectos polêmicos da sentença liminar de improcedência (artigo 285-A do CPC). **Revista Dialética de Direito Processual**, n. 41. São Paulo: Dialética, 2006.

MEDEIROS, Maria Lúcia L. C. de. Considerações sobre o deferimento, a emenda e o indeferimento liminar da petição inicial, e o que as Leis 11.277/2006 e 11.280/2006 introduziram de novidade quanto ao tema. **Revista de processo**, n. 136. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. Sentença emprestada: uma nova figura processual. **Revista de processo**, n. 135. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MOREIRA, Alberto Caminã. **Defesa sem embargos de executado**. São Paulo: Saraiva, 2000.

NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do Processo Civil na Constituição**. 7. ed. rev. e atual. com as Leis 10.352/2001 e 10.358/2001. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

\_\_\_\_\_. Artigo 285-A do Código de Processo Civil; sentença sem citação gera polêmica entre especialistas. Salvador/BA. **Juspodium**. Disponível em:  
[http://www.juspodivm.com.br/noticias/noticias\\_917.html](http://www.juspodivm.com.br/noticias/noticias_917.html)  
Entrevista concedida a Roseli Ribeiro. Acesso em: 14 dez. 2006.

NOGUEIRA JÚNIOR, Alberto. Da inconstitucionalidade do art. 285-A do CPC, com a redação dada pela Lei nº 11.277/2006, por violação ao princípio do contraditório. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 1059, 26 maio 2006. Disponível em:  
<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8457>  
Acesso em: 15 dez. 2006.

PORTANOVA, Rui. **Princípios do processo civil**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1995.

SILVA, Roberto B. Dias da. Artigo 285-A do Código de Processo Civil; sentença sem citação gera polêmica entre especialistas. Salvador/BA. **Juspodium**. Disponível em:  
[http://www.juspodivm.com.br/noticias/noticias\\_917.html](http://www.juspodivm.com.br/noticias/noticias_917.html)  
Entrevista concedida a Roseli Ribeiro. Acesso em: 14 dez. 2006.

SOUZA, Gelson Amaro de. Sentença de mérito sem a citação do réu (art. 285-A do CPC). **Revista Dialética de Direito Processual**, n. 43. São Paulo: Dialética, 2006.

## **Notas:**

1. A introdução da sentença-tipo no sistema processual civil brasileiro – Lei n. 11.277. **Revista Dialética de Direito Processual**, n. 37. São Paulo: Dialética, 2006, p. 63.

2. Sentença emprestada: uma nova figura processual. **Revista de processo**, n. 135. Revista dos Tribunais, 2006, p. 155.

3. Ob. Cit., p. 156.

4. Artigo 285-A do Código de Processo Civil; sentença sem citação gera polêmica entre especialistas. Entrevista concedida a Roseli Ribeiro. **Juspodium**, Salvador/BA. Disponível em:  
[http://www.juspodivm.com.br/noticias/noticias\\_917.html](http://www.juspodivm.com.br/noticias/noticias_917.html)  
Acesso em: 14 dez. 2006.

5. Artigo 285-A do Código de Processo Civil; sentença sem citação gera polêmica entre especialistas. Entrevista concedida a Roseli Ribeiro. **Juspodium**, Salvador/BA. Disponível em:



[http://www.juspodivm.com.br/noticias/noticias\\_917.html](http://www.juspodivm.com.br/noticias/noticias_917.html)  
Acesso em: 14 dez. 2006.

6. Informação disponível em  
<http://www.stf.gov.br/processos/processo.asp>  
Acesso em 15 dez. 2006.

7. Maria Lúcia L. C. de Medeiros encara com cautela a norma do art. 285-A do CPC porque entende que cria súmula de primeiro grau e que sua aplicação somente deve ocorrer quando os tribunais superiores já tenham se pronunciado sobre a respeito da matéria objeto da lide. (Considerações sobre o deferimento, a emenda e o indeferimento liminar da petição inicial, e o que as Leis 11.277/2006 e 11.280/2006 introduziram de novidade quanto ao tema. **Revista de processo**, n. 136, p. 143 e 148).

8. Sentença de mérito sem a citação do réu (art. 285-A do CPC). **Revista Dialética de Direito Processual**, n. 43. São Paulo: Dialética, 2006, p. 50.

9. Artigo 285-A do Código de Processo Civil; sentença sem citação gera polêmica entre especialistas. Entrevista concedida a Roseli Ribeiro. Juspodium, Salvador/BA. Disponível em:  
[http://www.juspodivm.com.br/noticias/noticias\\_917.html](http://www.juspodivm.com.br/noticias/noticias_917.html)  
Acesso em: 14 dez. 2006. Igual entendimento também é manifestado por José Henrique Mouta Araújo in Processos repetidos e os poderes do magistrado diante da Lei 11.277/06. Observações e críticas. **Revista Dialética de Direito Processual**, n. 37. São Paulo: Dialética, 2006, p. 70.

10. MOREIRA, Alberto Caminã. **Defesa sem embargos de executado**. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 212.

11. Perspectivas do direito processual civil brasileiro. **Revista Dialética de Direito Processual**, n. 42. São Paulo: Dialética, 2006, p. 27.

12. PORTANOVA, Rui. **Princípios do processo civil**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1995, p. 125.

13. SOUZA, Gelson Amaro de. Sentença de mérito sem a citação do réu (art. 285-A do CPC). **Revista Dialética de Direito Processual**, n. 43. São Paulo: Dialética, 2006, p. 50.

14. Op. cit., p. 51.

15. Não parece adequada a posição de Paulo Roberto de Gouvêa Medina, para quem: "A inovação trazida pela Lei 11.277 revela-se,

assim, a todas as luzes, bastante infeliz. É, sob o prisma dos princípios consagrados pela Constituição de 1988, um retrocesso. Situa-se na contramão das modernas tendências processuais, cada vez mais direcionadas no sentido de sintonizar-se o processo com as garantias constitucionais. Implica, de fato, uma contratação do **princípio do devido processo legal**.” (Sentença emprestada: uma nova figura processual. **Revista de processo**, n. 135. Revista dos Tribunais, 2006, p. 159)

16. Breve análise sobre alguns aspectos polêmicos da sentença liminar de improcedência (artigo 285-A do CPC). **Revista Dialética de Direito Processual**, n. 41. São Paulo: Dialética, 2006, p. 71.

17. BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição**, 2003.

18. A expressão é usada por Candido Rangel Dinamarco e significa que o processo civil de resultados é aquele que deve produzir efeito e interferir o mais rápido possível na vida do cidadão. Ver em **Instituições de Direito Processual Civil**. 5. ed., São Paulo: Malheiros, 2005.

19. SOUZA, Gelson Amaro, op. cit., p. 42.

20. Op. cit., p. 43.

21. Op. cit., p. 76.

22. Op. cit., p. 39.